

Senhores da Memória

MARIALVA BARBOSA
(Universidade Federal Fluminense)

Resumo

Este artigo possui o mesmo título da tese defendida em concurso público para professor titular de jornalismo da Universidade Federal Fluminense. Aborda, em linhas gerais, alguns conceitos e idéias discutidos naquele trabalho e procurará mostrar que os jornais, ao selecionar, ao hierarquizar, ao escolher o lugar na página a ser ocupado pela notícia, mantêm como essencial a dialética lembrar e esquecer. Aprisionando na palavra escrita aquilo que deve ser lembrado e condenando a zonas de sombra e de silêncios outros temas que devem ser esquecidos, os jornais se transformam num dos "senhores da memória" da sociedade.

Palavras-chave: jornalismo, história, memória da imprensa.

Resumen

Este artículo tiene el mismo título de la tesis defendida en concurso público para profesor titular de Periodismo de la Universidad Federal Fluminense, abordando en líneas generales, algunos conceptos e ideas discutidos en aquel trabajo. El artículo pretende demostrar que los periódicos, al seleccionar, jerarquizar, escoger el lugar en la página a ser ocupado por la noticia, mantiene como esencial la dialéctica recordar y olvidar. Aprisionado en la palabra escrita aquello que debe ser recordado y condenado a las zonas de sombra y de silencios otros temas que deben ser olvidados, los pe-

riódicos se transformam em uno de los "señores de la memoria de la sociedad.

Palabras-clave: periodismo, historia, memoria de la prensa.

Abstract

Bearing the same name as a thesis defended for public concourse for titular journalism Professor at Fluminense Federal University, this article talks about some concepts and ideas discussed in such thesis. The aim is to show how newspapers, in the process of selecting, ranking, finding the place on the page for the news, keep as the essential the dialectic between remember and forget. In the process of tying to the written word what should be remembered and condemnin to shadow and silence themes that must be forgotten, newspapers become society "maters of memory".

Keywords: journalism, history, press memory.

Desde a coleta de dados até a redação e edição da notícia, toda a prática da escrita reflete uma realidade de natureza social. No caso do jornalismo, deve-se ainda considerar que esta prática está submetida a outros critérios que são determinados pelo próprio veículo. O jornal é uma empresa que precisa vender o seu produto - a informação - a um público definido e diferenciado - seus leitores - para obter lucro.

Princípios subjetivos determinam os fatos que serão notícias, como o discurso será hierarquizado, o enfoque mais adequado. Neste contexto, assumem primordial importância os interesses de natureza econômica e política a que os veículos estão submetidos. Assim sendo, não é apenas aquilo que certamente despertará o interesse do público, a proximidade, seja ela geográfica ou cultural, do leitor em relação à notícia e a atualidade de informação que se constituirão em aspectos fundamentais para a escolha da notícia¹.

Possuindo esses critérios um sentido subjetivo, possível de se ajustar à linha editorial do veículo, é preciso considerar também que o jornal sofre, não raro, pressões para suprir informações ou opinar de uma determinada forma a respeito de certos assuntos. Tendo seus interesses entrelaçados com os dominantes, na verdade, a grande imprensa defende a classe hegemônica, mesmo quando aparentemente assume uma postura de oposição².

Ao promover, entretanto, uma seletiva reconstrução do presente, o jornalismo está promovendo, também, uma seletiva reconstrução histórica desse presente. Ao registrar os fatos, sob a forma de impresso, dando-lhe uma carga de documentalidade, o jornal se transforma num construtor da memória presente a ser usada pela história futura.

Jornalismo e história

Longe dos paradigmas científicos do século XIX, que procuravam a verdade das fontes e sonhavam com a interpretação correta do que realmente acontecera, os estudiosos, historiadores ou não, estão convictos de que o mesmo olhar que se desvia para o passado, foca também o presente. O que se faz é uma reinterpretação do passado ou do presente, carregada de uma subjetividade com que, como sujeitos históricos, impregnamos qualquer análise.

A negação do acontecimento como marca singular - um verdadeiro paradigma dos historiadores da *École des Annales*, que postulavam o caminho da longa duração e de uma história que ligasse a conjuntura e a estrutura - para alguns teóricos coincide mesmo com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. A partir do instante em que o acontecimento passa a estar presente, em frações de segundos, em vários lugares simultaneamente - a marca da instantaneidade do jornalismo audiovisual - a história nega, cada vez mais, a singularidade do acontecimento. O que importa, agora, são os longos períodos de tempo em que se desenvolvem relações de natureza social.

Essa negação do acontecimento, se por um lado objetivava o *status* de ciência para a disciplina, que assim, não se confundia com o imediatismo do jornalismo, entretanto, não conseguiu desvincular as duas áreas de atuação.

Quais seriam, portanto, as aproximações entre jornalismo e história?

Alguns teóricos vêm o jornalismo como o lugar privilegiado para o desenvolvimento de uma história imediata. Não se trata de confundir os dois campos, mesmo se quisermos, ainda hoje, repetir a qualificação de Albert Camus que chamava o jornalista de "o historiador do instante"³.

Uma marca da singularidade da história, que vai se tornando cada vez mais possível no jornalismo, em função do desenvolvimento das técnicas, notadamente as de computação, é o cruzamento de fontes. Apesar das relações algumas vezes conflituosas, as duas disciplinas tendem a convergir, mesmo quando reinava a fobia ao factual, na história, e o culto ao sensacional a qualquer preço, no jornalismo.

O acontecimento singular não é mais o objeto do historiador. O acontecimento singular continua a ser objeto do jornalista. O passado é privilegiado na análise histórica. O presente é o tempo da análise do jornalismo. Se as diferenças são tão marcantes, onde estariam, então, as aproximações?

A primeira aproximação está mesmo na atividade de seleção, privilégio tanto do historiador, como do jornalista. Os meios de comunicação, ao selecionar o que se passa no mundo, o que vai ser notícia ou não, o que vai ser editado com destaque ou sem relevo, na verdade, estão procedendo à criação do próprio acontecimento. Longe de serem apenas veículos de divulgação, eles são criadores desses acontecimentos. O fato de a morte de uma personalidade, de um encontro diplomático, de um massacre de menores, de uma chacina de prisioneiros serem mostrados na televisão e transformados em documentos impressos nos jornais e revistas, não só confere uma dimensão nova ao acontecimento, como em certa medida o constitui, o constrói.

Da mesma forma, ao se debruçar sobre o passado - mesmo vendo o acontecimento não como fato singular, mas como processo -, a história faz uma seletiva reconstrução desse passado. Historiador e jornalista estão no centro desse teatro. Carregando suas análises com sua própria visão, ambos colocam a sua singularidade pessoal, a sua subjetividade, na narrativa que desenvolvem.

É preciso, pois, enxergar nos textos a sua carga de textualidade. Ambas as construções são narrativas, onde o elemento subjetivo, ficcional, está presente.

A idéia de que a história trabalha com o epílogo do acontecimento e o jornalismo não conhece o desfecho da trama, marca uma diferença fundamental no tipo de análise feita. A crítica e a previsão realizadas pelo jornalista na sua interpretação da informação resulta numa subjetividade ainda mais patente. O historiador, com métodos e teorias, busca na sua análise a certeza possibilitada pela ciência. Na verdade, o que ambos realizam é a reinterpretação, seja do ontem ou do hoje. O jornalista acredita estar construindo, no hoje, a história presente. O historiador acredita estar, com a sua reinterpretação do ontem, entendendo o hoje.

A história não fala do tempo de ontem, possibilitando apenas a reconstrução do ontem. As fontes, por outro lado, não são documentos que contém "verdades". Dialogando com elas, para tão somente reconstruir o passado e, dessa forma, entender melhor o presente, estamos fazendo história.

Essa dada visão de história, aceita como pressuposto, se evidencia os nossos próprios limites, não procura se esconder na cientificidade para se tornar aceita e respeitada.

Por outro lado, o jornalismo também não fala do tempo de hoje. A objetividade da notícia é, há muito tempo, vista como uma falácia, até mesmo para o mais ingênuo dos profissionais. Ao selecionar, ao hierarquizar, ao priorizar a informação - dentro de critérios altamente subjetivos - o que o jornalismo faz é uma seletiva reconstrução do presente. E com esta seleção fixa no hoje uma memória futura do próprio acontecimento. É essa capacidade de ser um dos senhores da memória da sociedade que lhe dá um inegável poder⁴.

O jornal ao selecionar fatos, ao relegar outros ao esquecimento, ao escolher a forma de sua narrativa, ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial a dialética lembrar/esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados na prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento. Funcionando como uma espécie de memória escrita de uma determinada época, retém o excepcional. Mesmo quando os fatos mais cotidianos aparecem fixados sob a forma de notícias, há sempre um nexo da narrativa que os transpõe do lugar do comum para o do extraordinário.

Aprisionando o acontecimento num suporte de excepcionalidade,

reproduzem sob a forma de letras impressas a memória do que é excepcional.

A escrita deve ser vista, pois, como um elemento de construção seletiva da memória, que contém em si mesma a questão do poder. Eternizar um dado momento através da escrita é, ao mesmo tempo, como diz Georges Duby "domesticar e selecionar a memória"⁵. Ao selecionar o que deve ser lembrado e ao esquecer o que deve ficar em zonas de sombras e de silêncio, esses veículos de comunicação impressos tornar-se-iam, portanto, também senhores da memória.

Os jornalistas fazem a memória

Nos últimos dez anos assiste-se a uma profunda mudança na imprensa escrita diária carioca e que pode ser resumida numa frase: supremacia crescente de um único periódico e o declínio editorial, administrativo e econômico de seus concorrentes.

O Globo, embalado no sucesso editorial de um grupo que abrange a mais importante televisão do país e algumas das emissoras de rádio de igual relevância, detém, com vantagem, a dianteira no que se refere ao atingimento de um público cada vez mais vasto.

Com o processo de concentração por que passou a imprensa do Rio de Janeiro, logo após os anos 50 e, mais decisivamente, nas décadas seguintes, *O Globo* foi conquistando uma posição hegemônica. O jornal empreendeu uma série de mudanças de natureza gráfica e editorial para conquistar leitores, tanto de *Ultima Hora*, após o golpe militar de 1964, como *Jornal do Brasil*, a partir da década de 70 e, mais recentemente, de *O Dia*.

Por outro lado, a crise econômica que o *Jornal do Brasil* vem enfrentando, desde o início dos anos 80, se refletiu na qualidade do diário e, em consequência, na perda de prestígio editorial e de leitores.

O surgimento de jornais populares, no final da década de 80, como *O Povo*, não se refletiu no aumento do número de leitores da imprensa escrita. Em 1963, todos os jornais diários do Rio de Janeiro imprimiam mais de um milhão e meio de exemplares. Dez anos depois, essa tiragem havia decaído para quase 300 mil. Em 1983, a tiragem média dos jornais diários do Rio de Janeiro chegava a 335.776 exemplares.

A supremacia de *O Globo* frente aos seus concorrentes, em termos de tiragem global, é marcante. Em 1993, o *Jornal do Brasil* imprimia 196.847 exemplares aos domingos, enquanto *O Globo* possuía uma tiragem quase três vezes superior: 510.915. De segunda a sábado permanecia a mesma diferença. Enquanto *O Globo* imprimia 534.958, o *Jornal do Brasil* editava 252.086 exemplares.

Em um ano, este panorama pouco mudou. Na verdade, em 1994, aumentou a distância, em termos de tiragem, de *O Globo* para o seu principal concorrente. Quando da edição do dicionário em fascículo o jornal anunciava uma tiragem global, aos domingos, da ordem de 700 mil exemplares.

Os números dos outros diários existentes na cidade são ainda menos expressivos, com exceção de *O Dia*, cujo total de exemplares aos domingos chega a 426.120. De terça a sábado cai para a metade: 226.743.

O diário mais antigo em circulação na cidade, o *Jornal do Commercio*, tem uma tiragem em torno de 100 mil exemplares. E no que se refere à imprensa sensacionalista o panorama não é diferente: *O Povo* edita cerca de 30 mil exemplares, enquanto que a recente *A Notícia* imprime às segundas-feiras 13.995 exemplares e de terça a sábado 15.308.

As razões dessa diminuição global de leitores são profundamente complexas. A imprensa está ligada a uma série de interesses e sua produção e seu mercado são dependentes da conjuntura econômica geral. Por outro lado, seu conteúdo é modelado pela atualidade, pelas suas funções ligadas aos conflitos sociais e políticos e pelos seus leitores prisioneiros de suas tradições e, ao mesmo tempo, sensíveis aos fenômenos momentâneos.

Tudo isso indica uma complexidade que impede que se forneçam explicações simplistas.

As causas desta regular queda de audiência dos diários cariocas são múltiplas. A concorrência e, mais do que isso, a difusão de meios mais imediatos, como o rádio e a televisão, dando ao leitor uma outra opção em termos de aquisição de informação, devem ser colocadas em destaque.

A industrialização, que se intensifica a partir dos anos 50, o desenvolvimento de uma indústria automobilística e de bens de consumo, o surgimento do transistor na década de 60 e a possibilidade de adquirir aparelhos de televisão nos anos seguintes - onde a criação de um sistema de venda à crédito foi decisivo -, tudo isso possibilitou que um público mais vasto tivesse acesso a esses meios, até então de caráter restrito.

Entretanto, a queda de audiência da imprensa diária não pode ser tributada apenas ao desenvolvimento dos meios audiovisuais.

A diminuição do poder aquisitivo da população, a crise econômica marcante desde os anos 80, a mudança nos hábitos urbanos, tornando o tempo cada vez mais premente e o culto ao imediato um fator preponderante, são motivos a serem considerados quando se traçam as razões dessa involução do hábito de leitura de jornais diários na sociedade carioca.

A especialização de tarefas, de interesses, uma característica do desenvolvimento capitalista, por outro lado, leva à proliferação de veículos que buscam esses leitores particulares, que não se contentam em captar as informações genéricas da atualidade dos meios audiovisuais e que procuram, nessas publicações, o aprofundamento de temas especializados. Os computadores, a informática, o surfe, a pesca, a música, em seus mais variados gêneros, apenas para citar alguns, são temas freqüentes de revistas que aparecem em profusão.

Por outro lado, a própria crise editorial e administrativa por que passam os jornais, criando uma espécie de monopólio da informação pelo *O Globo*, se reflete na diminuição do número de leitores. Aparentando padecer de um envelhecimento que as afeta administrativamente, essas empresas não possuem o grau de modernização, nem o desenvolvimento tecnológico e profissional de seu concorrente. Os processos de produção dos jornais diários do Rio de Janeiro, com exceção do *O Globo*, são ultrapassados.

Se razões de ordem econômica (pauperização dos trabalhadores após 1964) e sociais (aumento da população urbana, com a incorporação de contingentes rurais analfabetos ou semi-alfabetizados) explicam, em parte, o fenômeno, há ainda um componente decisivo de natureza ideológica. O autoritarismo político, que predominou nos vinte anos de ditadura militar, reduziu a esfera de atuação do jornalismo. A vigência da censura provocou o desinteresse dos cidadãos pela leitura dos jornais, uma vez que lhes faltava credibilidade pública. Por outro lado, o cotidiano político foi destituído do noticiário, que, quando retratava esses temas, o fazia de forma dissimulada ou distorcida⁶.

Razões de ordem editorial também podem ser apontadas neste diagnóstico. Tributário do texto informativo imediato, próximo do acontecimento, o jornalismo carioca não encontrou, ainda, a fórmula possível de conviver com a informação já ultrapassada, que a difusão dos meios audiovisuais

tornou uma realidade. Hoje, a imprensa precisa considerar que a informação, divulgada no dia seguinte, já é de domínio público. O culto ao texto informativo, tradicional, toma o jornal um produto velho por antecipação. A análise pormenorizada do fato, a interpretação mesmo da informação, o caráter complementar da notícia precisam ser introduzidos no texto, uma vez que não há mais informação inédita para ser vendida.

O mundo dos periódicos cariocas está, pois, à procura de um novo equilíbrio: econômico, porque o mercado de leitores está regredindo e o mercado publicitário é incerto, frente à crise econômica que afeta tanto os grandes quanto os pequenos anúncios; técnico, sendo urgente a adaptação aos novos padrões tecnológicos de produção; e político, uma vez que as incertezas da evolução do mercado editorial agravam, ainda mais, as dificuldades de escolhas ideológicas do público leitor.

A grande ameaça é a própria pluralidade. A concentração, que reduziu fortemente o número de diários da cidade, evoca o perigo de um jornal único, de um monopólio da informação. Ainda mais quando se percebe que os jornais e os jornalistas também fazem a memória...

A cidade memorável

Do ponto de vista do que se passa no mundo, o jornal retém em sua estrutura assuntos que, em princípio, guardariam alguma identificação com o leitor e que serviram para mantê-lo permanentemente atualizado.

Entretanto, como não pode informar a totalidade, o jornalismo seleciona e hierarquiza as informações, tomando por base critérios altamente subjetivos. A própria distribuição das notícias em eixos centrais de análise, onde as informações são alocadas em rubricas específicas, produz uma classificação permanente do mundo social para o público leitor. O mundo, o país e a cidade são vistos na perspectiva econômica, política, da nacionalidade ou da proximidade permitida pelos enfoques locais.

A lógica da imprensa é desorganizar qualquer estruturação racional da realidade, jogar o mundo, como um amontoado de fatos desconexos e sem nenhuma lógica interna, para o leitor. Ao lado de manchetes que advertem sobre o perigo da criminalidade indiscriminada no Rio de Janeiro, de seqüestros promovidos por grupos armados de marginais, de roubo e assaltos, de tiroteios que matam indiscriminadamente a população, de arrastões nas praias, indisciplina civil, terrorismo, convivem outras sobre ganhadores

de prêmios milionários da Loteria, passeios ciclisticos, espetáculos populares ou a vitória espetacular de um time de futebol ou do vôlei feminino no campeonato mundial.

Por outro lado, os jornais ao se auto-afirmarem como indispensáveis para tornar o leitor informado da realidade que o cerca, colocam-no em ação no mundo, levam-no a se acreditar participante das questões sociais.

É preciso considerar, ainda, que deter o poder de falar sobre a realidade é ser capaz de produzir uma representação conhecida/reconhecida da existência. Essa infinita capacidade geradora, atribuída à língua e a quem detém o poder de nomeação na sociedade, é um suporte, por excelência, do poder absoluto⁷.

Assim, não é apenas a capacidade de informar o que se passa no mundo que dá aos meios de comunicação, impressos ou não, o seu poder. Ser capaz de transmitir a informação, ou seja, uma capacidade de saber e, ao mesmo tempo, produzir uma língua legítima, no sentido de reconhecida, confere igualmente esse reconhecimento. O fato de produzir um discurso digno de ser publicado, quer dizer oficializado, promove outra especificidade e produz um corpo de profissionais aquinhoados com um capital próprio, uma distinção, em relação a outros grupos⁸.

Os meios de comunicação produzem uma realidade dividida em setores estanques nas editoriais do jornal, onde um aspecto independe do outro e onde o espaço e o tempo, ambos de natureza social, entram como pano de fundo.

Nesse processo de criação do acontecimento, o jornal produz, também no que se refere à imagem transmitida do espaço social de sua localização - no caso a cidade -, uma dicotomia entre o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido.

Na memória da cidade, resgatada através do acontecimento, a uma singularidade do espaço geográfico, soma-se uma especificidade do espaço social. A cidade é percebida aos pedaços, a partir do acontecimento, única fórmula de sua materialização. Nessa cidade fragmentada, não existem atores sociais e, sim, indivíduos, que, em nome de interesses específicos, desempenham diferentes papéis. Na verdade, não existe a cidade, mas acontecimentos singulares que a materializam.

O Rio de Janeiro atual, aprisionado pelas páginas dos jornais, é o lugar da desordem, da violência indiscriminada, produzida no espaço das

favelas e na periferia e que, como um terror, se estende pelo restante da cidade. Essa violência é produzida por indivíduos que fogem aos padrões admitidos socialmente, a quem se deve combater também com violência. Prega-se a intervenção das Forças Armadas no combate ao crime, devendo para isso lutar contra os criminosos no seu *habitat*, isto é, nas favelas do Rio.

Ao lado desse Rio presente, existe também a cidade ausente das páginas dos jornais. O Rio de Janeiro ausente da memória impressa fixada pelos jornais é a cidade física, os subúrbios e o cotidiano de seus próprios habitantes.

Analisando as edições de *O Globo* e do *Jornal do Brasil* observamos que os dois diários estabelecem uma distinção geográfica, mas sobretudo social, de duas regiões da cidade: a Zona Sul, de um lado, e as favelas e a periferia, de outro. As ações desenvolvidas no espaço da marginalidade - a favela e a periferia - interferem no cotidiano da Zona Sul e trazem instabilidade para a cidade. O que ganha destaque e especificidade para se tornar memória é, pois, o excepcional.

Assim, inúmeros fatos que ocorrem diariamente são relegados, em nome de preceitos universais do jornalismo, mas que são, sobretudo, de natureza ideológica, à condição de serem esquecidos. E outros são transformados em acontecimento no momento em que chegam ao conhecimento de um público mais amplo. Essa característica eleva um fato, por si só, à categoria de acontecimento?

Nesta visão, acontecimento seria algo unívoco, que se definiria a partir de sua materialização em impressos, e não elementos de uma série, que mostrariam as variações conjunturais das relações entre as classes sociais, e onde o conflito seria constante ao longo do período estudado?

Mas não é apenas a escolha do fato que transforma o acontecimento em algo seletivo. Não é possível a qualquer narrativa apreender tudo o que se produz em torno do narrador, uma vez que a percepção é sempre seletiva e a atenção reflexiva.

Assim, o narrador escolhe os elementos do seu relato, mesmo quando pretende que nada lhe escape. O conjunto das unidades registradas será sempre um subconjunto do que realmente se passou¹⁰.

Os jornais registram, de preferência, fatos que os jornalistas estão convencidos terem visto ou compreendido e, assim, dividem o tempo vivido

em uma seqüência de unidades individualizadas.

Cada unidade individualizada corresponde a uma mudança que o espectador percebe em torno de si mesmo, a uma passagem de um estado a outro, a uma descontinuidade em relação ao momento imediatamente anterior, resultado do aparecimento ou desaparecimento de algo ou da reorganização dos elementos que estão a sua volta. A mudança, que o leitor percebe a sua volta, não é nada além do que um acontecimento, no sentido que se dá a esta palavra na literatura histórica.

Mas para que haja acontecimento não basta a existência de um espectador/leitor. É necessário que haja uma mudança e que ela seja acessível a uma pluralidade de espectadores virtuais capazes de comunicar reciprocamente os resultados de suas recepções. E são os meios de comunicação que tornam essa mudança acessível a milhares de espectadores/leitores.

Mas para ser percebida a mudança deve ser perceptível. Para isso é preciso que o acontecimento se produza num espaço visível ao espectador/leitor. E são mais uma vez os meios de comunicação que tornam o acontecimento visível.

É necessário considerar, ainda, que a narrativa do acontecimento nunca é uma simples descrição de mudanças. O jornalista confere uma significação àquilo que fala, mesmo quando não existe um propósito deliberado para isso.

Acontecimento seria, assim, não uma mudança perceptível no tempo e no espaço, mas uma descontinuidade construída a partir de um modelo de normalidade e anormalidade considerado *a priori*¹¹.

Analisando o noticiário de *O Globo* e do *Jornal do Brasil* durante uma semana, nas matérias que se referem ao Rio de Janeiro, percebe-se que os dois periódicos evidenciam a caracterização de um conflito de ordem social na cidade. A normalidade, considerada *a priori*, seria pois a ausência de conflitos. É a inserção da cidade nesse verdadeiro redemoinho de crimes, violência, seqüestros, assaltos, "arrastões", mudanças drásticas de clima, protestos de moradores, que produz a quebra da normalidade e, portanto, o acontecimento.

Do ponto de vista da caracterização temporal, embora o acontecimento seja atual, ele evidencia, sobretudo, um tempo cíclico. Os fatos narrados hoje são repetidos amanhã, ainda que envolvendo outros personagens, outros bairros. O tempo da narrativa jornalística mostra uma repeti-

ção sistemática da quebra da normalidade.

Se o tempo fosse considerado como linear, progrediria para uma perfeição futura ou regrediria a partir de uma perfeição inicial: o futuro seria, nessa concepção, superior ou inferior ao presente que, por sua vez, é inferior ou superior ao passado. Se o tempo fosse considerado estacionário, o passado, o presente e o futuro não se diferenciariam: a ordem de sucessão seria insignificante. Já no tempo cíclico ou oscilatório, o futuro é uma repetição, mais ou menos exata, do passado. Quanto ao presente, para se determinar sua posição, é necessário saber qual fase estamos vivendo: se um momento ascensional, onde o tempo é progressivo ou uma fase descendente, onde é regressivo. Assim, a divisão do tempo em períodos não é privilégio de uma concepção de tempo linear¹².

O quadro abaixo, que resume os temas de sete edições da Editoria de Cidade de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*, mostra uma tendência, ainda que não restrita ao noticiário local, do predomínio das notícias envolvendo a autoridade pública.

QUADRO I		
QUE RIO É ESSE?		
Temas	O Globo	Jornal do Brasil
Poder público	9	7
Crimes/Assaltos	7	8
Protestos	5	5
Greves	4	2
Paisagem/Animais	4	6
Memória/História	3	4
Desastres	2	3
Trânsito	2	5

Nota: o quadro foi elaborado a partir do conteúdo de todas as notícias publicadas pela Editoria de Cidade de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*, no período entre 18 e 25 de setembro de 1993.

Criticando as deficiências do poder público, o jornal mostra-se como o verdadeiro intermediário entre a população e a autoridade, transformando-se no lugar onde a população, imaginariamente, ganha voz e, com isso, reforçando a sua imagem de poder. Por outro lado, a insistência nesses temas faz parte de uma estratégia dos jornais que, com isso, exercem efetivamente um papel político na sociedade.

Os grandes jornais e, de maneira geral, os veículos de informação, estruturam sua cobertura no sentido de legitimar os núcleos de poder. O noticiário rege-se pela atuação das instituições hegemônicas e marginaliza os núcleos comunitários. Tais entidades, mais próximas da vivência dos leitores, ficam excluídas, passando a figurar apenas quando surgem problemas de grande repercussão (greves, acidentes, catástrofes).

Predominando uma cobertura dessa natureza, o jornalismo brasileiro assume um caráter elitista, onde os assuntos que afetam quotidianamente a população são esquecidos.

Quando rememora o passado da cidade, o jornal envolve-o numa aura saudosista, onde o ontem é visto como um tempo promissor, sem os conflitos da atualidade. Com isso, destacam o tempo da anormalidade existente hoje, em comparação à idealização do passado.

Ao Rio boêmio, à cidade maravilhosa, capital de uma idéia de República idealizada como verdadeira, sucedeu um Rio de Janeiro identificado com a idéia de desordem, de caos, de falta de autoridade pública, de desmando político e administrativo, onde a população está entregue a sua própria sorte. O Rio de Janeiro, caracterizado dessa forma, está espacialmente fragmentado. E são esses fragmentos que aparecem na memória fixada pelo jornal.

O Quadro II mostra, claramente, que montar o mapa dessa cidade, com base nas informações da imprensa, seria uma tarefa impossível para o leitor: o Rio de Janeiro dos noticiários aparece em pedaços, deixando extensas áreas em zonas de sombra e de silêncio.

QUADRO II					
QUE RIO É ESSE?					
OS BAIRROS LEMBRADOS E ESQUECIDOS					
Zona Sul		Zona Norte		Favela/Periferia	
Pos.	Neg.	Pos.	Neg.	Pos.	Neg.
Centro	Flamengo	V. Isabel			Caxias
Botafogo	Barra	Quinta			D. Marta
Leblon	Copacabana				Baixada
Jardim					
Botânico					

Nesse Quadro, elaborado a partir da análise das mesmas edições utilizadas para montar o primeiro, há a ausência de extensas áreas da cidade. Em parte, esse silêncio pode ser atribuído à existência de jornais de bairros, mas mesmo assim, o quadro continua sendo revelador. O curto espaço de tempo analisado, por outro lado, também não justifica um silêncio tão contundente, ao lado de uma fala igualmente expressiva.

As favelas e a periferia estão sempre associadas a acontecimentos negativos. Ao contrário, os únicos fatos positivos ocorreram em bairros da Zona Sul ou onde vive uma população de melhor poder aquisitivo na Zona Norte (Vila Isabel) ou em áreas tradicionais (Quinta da Boa Vista).

O Rio de Janeiro, submetido a uma nova divisão pelos jornais, é classificado em três áreas: o centro e a zona sul, as favelas e a Baixada e a zona norte. Esses blocos são caracterizados explicitamente: as favelas e a Baixada, como os lugares da desordem permanente; o centro e a zona sul, como áreas sujeitas a desordens momentâneas e onde a ação denunciadora dos jornais fará com que retornem à normalidade. Os subúrbios aparecem como bairros de passagem, silenciosos, que quase inexistem na geografia da cidade criada pela imprensa.

Nessas notícias, caracterizam-se também os habitantes com uma tipologia própria: os da zona sul são geralmente as vítimas, os agentes passivos da ação, ou aqueles que, eventualmente, fogem aos padrões esperados de comportamento e, assim, se transformam em notícia. Nas favelas e periferia estariam os agentes ativos, que, sistematicamente, com sua ação "anormal", anti-social, deflagrariam o acontecimento.

Resta ainda um tipo de notícia secundária, que envolve os hábitos e o lazer da cidade. Normalmente associadas a aspectos pitorescos ou à tradição, essas notícias destacam os modismos, as comemorações, o clima, entre outros temas.

Assim, do ponto de vista da seleção da informação, podemos dizer que o jornalista constrói, transpondo do lugar da normalidade para o da anormalidade, o acontecimento. Essa construção, entretanto, é seletiva. Seleciona-se uma parte da realidade, partindo-se do pressuposto do que os leitores gostariam de saber e do que as instituições querem fazer saber. A escolha é, portanto, empresarial e ideológica.

Ao selecionar o fato, transpondo-o do lugar da normalidade para o da anormalidade, transformando-o em acontecimento, ao escolher a forma

da sua narrativa, o jornalista está, na verdade, construindo o próprio acontecimento, criando uma memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios altamente subjetivos e que engendra, sempre, a questão do poder.

Podemos, como conclusão, chegar a algumas premissas fundamentais acerca de tudo o que, mesmo sucintamente, abordamos:

1 Ao selecionar o que deve ser notícia e o que vai ser esquecido, ao priorizar a informação em textos pretensamente informativos, ao valorizar em edições que destacam elementos e esquecem outros, o jornal está realizando uma seletiva reconstrução do presente e construindo, hoje, a história desse presente. Mas está, também, fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido;

2 A construção dos acontecimentos obedece, sobretudo, a parâmetros de natureza ideológica e que remete à questão do poder. Ser senhor da memória e do esquecimento é, na verdade, ser detentor do poder de fixar o presente para um futuro próximo ou distante. Essa infinita capacidade geradora é ainda mais emblemática quando se possui também o poder de nomeação na sociedade. Ao legitimar o acontecimento, ao divulgá-lo e ao caracterizá-lo, através da linguagem, tornando-o oficial, os jornais não apenas tiram das zonas de sombra o que deve ser destacado (dentro de um critério subjetivo e, sobretudo, ideológico), mas também impõem uma visão de mundo, que atua outorgando poder.

3 Em relação ao Rio de Janeiro, por exemplo, montam um modelo de normalidade, onde se destaca a ausência de conflitos, e, sobre a queda desse ideal, constroem os acontecimentos. A cidade, inscrita num verdadeiro redemoinho de crimes, violências, seqüestros, assaltos, greves, "arrastões", mudanças climáticas e protestos, é aprisionada pela escrita nos jornais diários e fixada para a lembrança. Um Rio de Janeiro fragmentado, que vive a instabilidade provocada pela ausência de valores morais.

Criticando as deficiências do poder público, colocam-se como intermediário possível entre a população e a autoridade. Com isso, reforçam a sua imagem de poder, ao mesmo tempo em que exercem, de fato, um papel político na sociedade.

Lembrando o sensacional, o excepcional, os desvios da normalidade, esses jornais constroem, na verdade, uma outra realidade, que é aprisionada em seus textos e fixada, como documento, para o futuro. Com isso, mais do que construindo o presente, eles estão o constituindo e, assim, tornando-se senhores da memória dessa sociedade.

1 Os critérios universais de escolha da notícia estão ligados ao próprio acontecimento e são a sua atualidade e a sua significação. Os critérios próprios de cada empresa jornalística, sem falar na ideologia do jornal, são ligados ao público e podem ser resumidos em uma palavra: interesse. Já a significação diz respeito à própria repercussão da notícia no tempo e no espaço. Um acontecimento interessa em princípio ao leitor não apenas por ter se desenvolvido num espaço físico próximo, mas porque se refere a significações próprias de sua cultura. Desse modo, o critério de proximidade é, sobretudo, de natureza cultural e está intimamente associado ao de interesse. GAILLARD, Philippe. *Technique du journalisme*. Paris: PUF, 1980.

2 Estamos entendendo hegemonia no sentido gramsciano do termo, quando a classe hegemônica, seja por coerção, mas também por consenso, procura fazer prevalecer a sua visão de mundo sobre os demais membros da sociedade. Cf. GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

3 LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

4 A relação memória e poder - principalmente no que se refere à escrita - é abordada por Jacques Le Goff que configura a memória escrita como uma construção e, portanto, diretamente ligada à questão do poder. O autor diz literalmente: "Tomar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas". Cf. LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987, v. 1, p. 13. (Memória-História).

5 Também Georges Duby relaciona memória e poder, evidenciando o papel da escrita, como uma forma de controle, cerceamento, "domesticação" da memória. Dominar a escrita é ter o poder de domesticar e selecionar a memória, considerando-a como um verdadeiro monumento. Duby acrescenta que a memória fixada pelo escrito pertence ao domínio do excepcional. Cf. DUBY, Georges. A memória e o que ela esquece. In: *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

6 MELO, José Marques de. Op. cit., p. 42-3.

7 BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982. p. 21.

8 BOURDIEU, P. Op. cit., p. 47-55. Para Bourdieu não se pode, tal como Habermas, tentar descobrir no discurso (na substância propriamente lingüística) o princípio da eficácia da palavra. É preciso estar atento que a autoridade se apresenta atrás da palavra. Essa autoridade manifesta a linguagem, simbolizando-a, por delegação da instituição, e assim as condições sociais de produção e reprodução da língua legítima. É pois uma autoridade reconhecida.

- 9 FEBVRE, Lucien. *Philippe II et la Franche-Comté: etude d'histoire politique, religieuse et sociale*. Paris: Flammarion, 1978. p. 243.
- 10 POMIAN, Krzysztof. Événements. In: *L'orde du temps*. Paris: Gallimard, 1984. p. 7-36.
- 11 Idem, p. 33-36.
- 12 Idem, especialmente "Répétitions", p. 37-99.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- Idem. *Ce que parler veut dire: l'economie des échages linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.
- DUBY, Georges. A memória e o que ela esquece. In: *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- GAILLARD, Philipe. *Technique du journalisme*. Paris: PUF, 1980.
- GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- Idem. "Memória" e "Documento/monumento". In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v. 1. (Memória-História).
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. New York: Cambridge University Press, 1989.
- MELO, José Marques de. *Comunicação: direito à informação*. Campinas: Papirus, 1986.
- POMIAN, Krzysztof. *L'orde du temps*. Paris: Gallimard, 1984.